

Por ocasião do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, 17 de outubro

Gender Poverty Gap em Portugal

Carlos Farinha Rodrigues

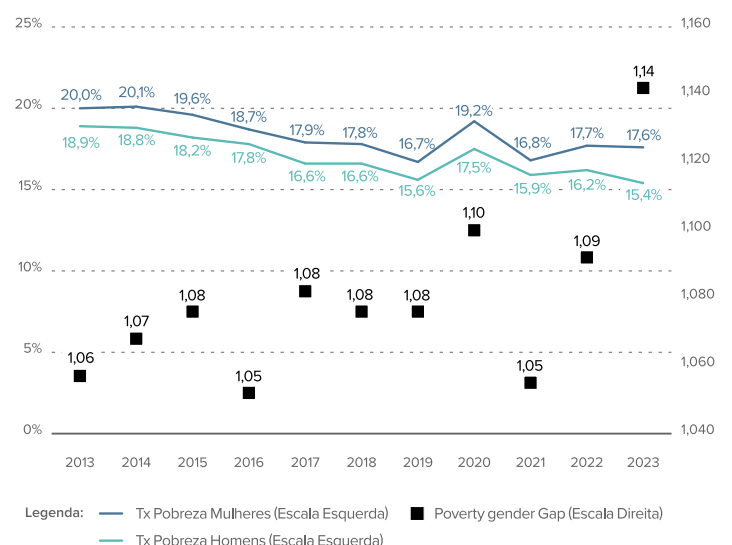
De acordo com os dados mais recentes do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR, 2024), baseados nos rendimentos de 2023, cerca de 978 mil mulheres encontravam-se em situação de pobreza monetária em Portugal. A taxa de pobreza entre as mulheres atingia 17,6%, sendo 2,2 pontos percentuais superior à dos homens e um ponto percentual acima da média da população total. Em termos relativos, as mulheres representavam 52% da população em situação de pobreza. O *Gender Poverty Gap* (GPG) — isto é, a razão entre a taxa de pobreza feminina e masculina — situava-se em 1,14, valor superior à média da União Europeia (1,09).

Estes resultados evidenciam o papel importante do género na estrutura da pobreza em Portugal, embora devam ser interpretados com cautela. A metodologia utilizada pelo INE e pelo Eurostat para construir os indicadores de pobreza baseia-se no rendimento equivalente dos agregados familiares, pressupondo uma partilha igualitária de recursos entre todos os membros. Esta assunção tende a subestimar as condições de precariedade das mulheres, especialmente nos contextos familiares em que persistem assimetrias na distribuição de recursos. Um indício claro dessa subestimação pode ser retirado do próprio ICOR: quando com-

paramos a taxa de pobreza de mulheres e homens que vivem sozinhos, e que portanto não são afetados pela hipótese de igual partilha de recursos, o GPG assume o valor de 1,23.

A análise da evolução temporal da pobreza por género (Figura 1) revela que, ao longo da última década, a taxa de pobreza das mulheres foi consistentemente superior à dos homens. Além disso, verifica-se uma tendência de agravamento progressivo do GPG, sobretudo nos anos mais recentes. Em 2023, o indicador atingiu o valor mais elevado desde o início da série do ICOR em 2003.

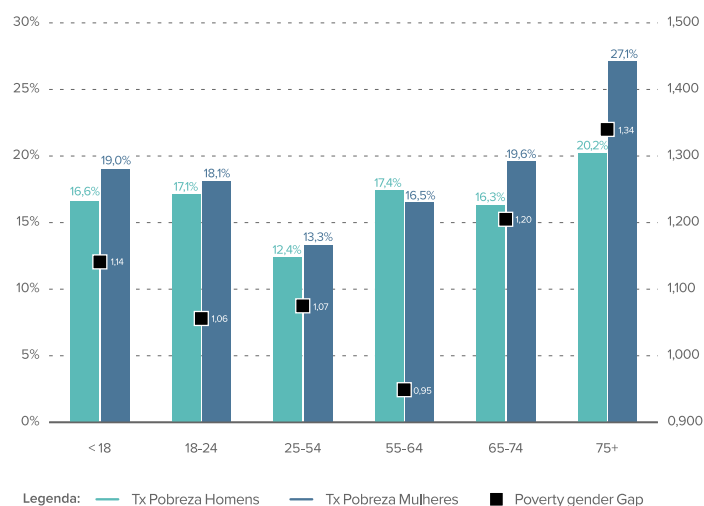
Figura 1 - Evolução da Taxa de Pobreza por Género e Gender Poverty Gap



Fonte: Elaborado a partir do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), 2014-2024

A incidência da pobreza segundo o ciclo de vida (Figura 2) demonstra que as disparidades de género são mais acentuadas entre a população idosa. Nos grupos etários entre 65-74 anos e, de forma ainda mais marcada, acima dos 75 anos, o GPG ultrapassa 1,2. As diferenças significativas no valor das pensões de velhice, sobretudo nas mais antigas, explicam em parte esta desigualdade: em média, as pensões dos homens são cerca de um terço superiores às das mulheres (ICOR, 2024).

Figura 2 - Taxa de Pobreza por Género e Escalão Etário (2023)

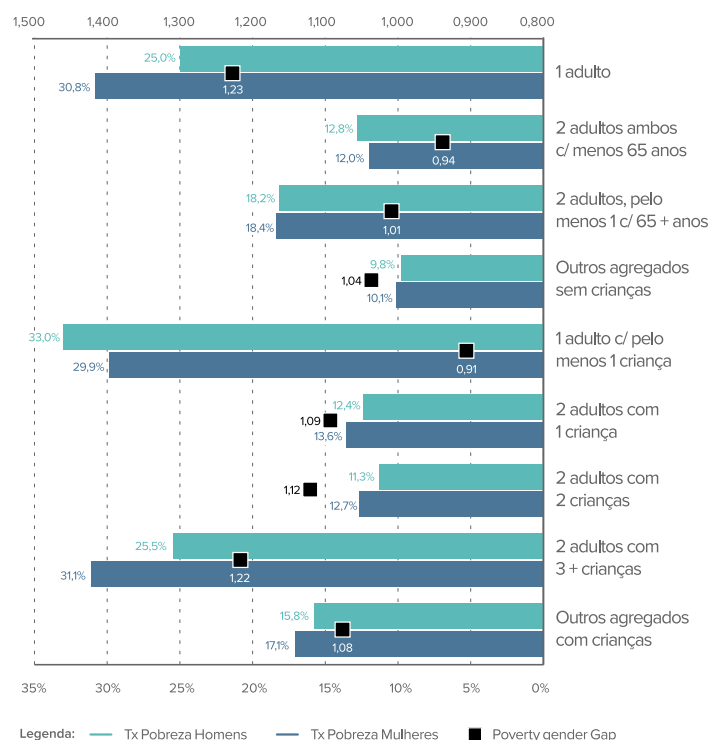


Fonte: Elaborado a partir do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), 2024

A análise por tipo de agregado familiar evidencia igualmente fortes assimetrias. Como seria expectável, e pelos motivos anteriormente apresentados, as famílias unipessoais são aquelas que evidenciam um maior GPG. Elevados valores deste indicador ocorrem igualmente nas famílias alargadas com três e mais crianças. De modo geral, observa-se uma associação positiva entre o nível de pobreza e o valor do GPG — os grupos mais expostos à pobreza são também aqueles onde as disparidades de género são mais pronunciadas.

A única exceção ocorre nas famílias monoparentais com elevado nível de pobreza mas com um valor do GPG inferior a um. Tal pode ser explicado pelo facto de grande maioria destas famílias em situação de pobreza serem compostas por uma mulher com crianças.

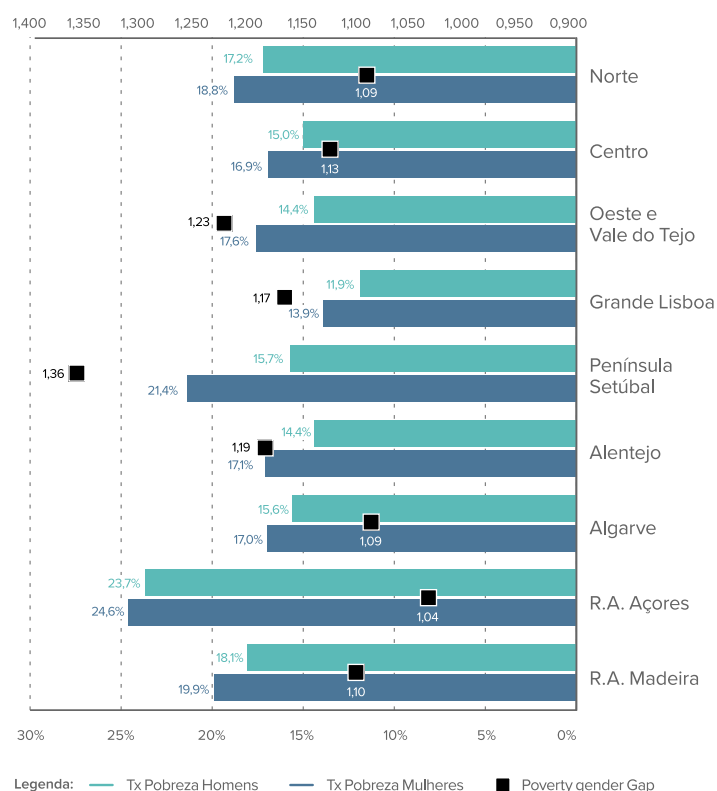
Figura 3 - Taxa de Pobreza por Género e Tipo de Agregado (2023)



Fonte: Elaborado a partir do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), 2024

A análise regional confirma a prevalência da pobreza feminina em todo o território nacional. Em todas as regiões, a taxa de pobreza das mulheres supera a dos homens, destacando-se a Península de Setúbal, que apresenta não só a maior taxa de pobreza do continente, como também o GPG mais elevado (1,36).

Figura 4 - Taxa de Pobreza por Género e Região (2023)



Fonte: Elaborado a partir do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), 2024

Contudo, as desigualdades de género não se manifestam apenas ao nível da pobreza monetária. O sistema estatístico europeu recorre ao indicador composto de “Taxa de Pobreza ou Exclusão Social”, que agrega três dimensões: pobreza monetária, privação material e social severa, e baixa intensidade laboral entre os menores de 65 anos. Em praticamente todas estas dimensões, as mulheres encontram-se em situação mais desfavorável.

No que respeita à privação material e social, os níveis registados entre as mulheres são um ponto percentual superiores aos dos homens, refletindo desigualdades persistentes no acesso a bens e serviços essenciais. Já no que se refere à intensidade laboral, o ICOR 2024 não identifica diferenças significativas entre géneros.

Por fim, o indicador taxa de pobreza e exclusão social, o principal indicador utilizado pela União Europeia para monitorizar a Estratégia 2030, evidencia claramente as diferenças de género. A taxa feminina (20,9%) é 2,5 pontos percentuais superior à masculina (18,4%), revelando que qualquer política pública eficaz de combate à pobreza e à exclusão social deve necessariamente integrar a dimensão de género.

Quadro 1 – Indicadores de Pobreza ou Exclusão Social por Género – Portugal (2023/24)

	Homens	Mulheres	Total
Taxa de Pobreza	15,4 %	17,6 %	16,6 %
Privação Material e Social Severa	3,8 %	4,8 %	4,3 %
Baixa Intensidade Laboral	4,8 %	4,8 %	4,8 %
Taxa de Pobreza ou Exclusão Social	18,4 %	20,9 %	19,7 %

Fonte: Elaborado a partir do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), 2024

O Observatório Género, Trabalho e Poder disponibiliza informação regular sobre a situação de mulheres e homens na esfera laboral. Criada no âmbito do Policy Lab da unidade ISEG Research, esta infraestrutura procura contribuir para um debate público informado em torno destes temas, assim como para a qualificação e a avaliação de políticas públicas. Pretende-se, com a mesma, colocar o conhecimento científico ao serviço da mudança social no sentido da promoção da participação plena e igualitária de mulheres e homens na vida pública e privada, da realização integral da cidadania, do aprofundamento da justiça social e do desenvolvimento sustentável da sociedade portuguesa. Coordenação: Sara Falcão Casaca (Diretora Científica), Maria João Guedes, Ricardo Alcobia Rodrigues e Susana Ramalho Marques. Contacto: observatorio.genero@iseg.ulisboa.pt

O Observatório é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projeto UID/06522/2025.